

ipea

Instituto de Planejamento Econômico e Social

INPES

Instituto de Pesquisas

TEXTOS PARA DISCUSSÃO INTERNA

№ 118

"A Carteira de Trabalho e as
Condições de Trabalho e Remu-
neração dos Chefes de Família
no Brasil".

Ricardo Paes de Barros

Simone Varandas

Outubro de 1987

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.



TEXTOS PARA DISCUSSÃO INTERNA

① Nº 118

"A Carteira de Trabalho e as Condições de Trabalho e Remuneração dos Chefes de Família no Brasil".

Ricardo Paes de Barros

Simone Varandas

Outubro de 1987

Tiragem: 100 exemplares

Trabalho concluído em: Outubro de 1987

Instituto de Pesquisas do IPEA
Instituto de Planejamento Econômico e Social
Avenida Presidente Antonio Carlos, 51 - 13º - 17º andares
20.020 - Rio de Janeiro - RJ

Este trabalho é da inteira e exclusiva responsabilidade de seus autores. As opiniões nele emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista da Secretaria de Planejamento da Presidência da República.

ERRATA TDI Nº 118



Páginas 8 e 9: os valores das Tabelas 1 e 2 são expressos em salários mínimos.

Página 20: Tabela 8 - P|REND<1|
P|REND<2|
P|REND<3|

Página 22: os valores da Tabela 9 são expressos em salários mínimos e em número de horas trabalhadas.

Página 24: Tabela 10 - os números referentes a Taxa de Desemprego e Tempo de Desemprego da coluna Total de Empregados de vem ser substituídos por 3,1 e 8,3, respectivamente.

A CARTEIRA DE TRABALHO E AS CONDIÇÕES DE TRABALHO E
REMUNERAÇÃO DOS CHEFES DE FAMÍLIA NO BRASIL*

Ricardo Paes de Barros**

Simone Varandas**

* Este trabalho não teria sido realizado sem a colaboração de várias pessoas. Agradecemos, portanto a: Ana Isabel Martins de Alvarenga e Jaime Pereira de Pontes, pelo eficiente suporte computacional fundamental à execução deste trabalho; Eustáquio Reis, Guilherme Sedlacek, Isis Agarez, Octávio Tourinho, Pedro Valls e Ricardo Cicchelli, por importantes comentários em diversas fases do trabalho; Maria Cristina Cacciamali, por relevantes sugestões e comentários a uma versão anterior deste trabalho; e Vandeli dos Santos Guerra, pela ajuda na melhor compreensão dos conceitos utilizados na PNAD. Gostaríamos também de agradecer a Ana Maria Rocha por ter cuidadosamente datilografado diversas versões deste trabalho. As incorreções remanescentes, no entanto, são de exclusiva responsabilidade dos autores.

** Do Instituto de Pesquisas do IPEA.

1 - INTRODUÇÃO

O Brasil, como um típico país em desenvolvimento, tem-se caracterizado historicamente pelo fato de que uma elevada parcela de sua força de trabalho constitui-se de trabalhadores que não possuem relações formais de trabalho. Este grupo engloba tanto os empregados que não têm a carteira de trabalho assinada por seu empregador como os que exercem suas atividades por conta própria.

Quase que por definição, o processo de desenvolvimento econômico e a industrialização do país deveriam ter elevado, tanto a nível absoluto como relativo, a parcela dos empregados que possuem carteira assinada. Surpreendentemente, a parcela dos empregados sem carteira não tem decrescido significativamente ao longo da última década.¹

Esta inesperada resistência das relações informais de trabalho ao processo de urbanização e industrialização dos últimos 10 anos pode estar diretamente relacionada a uma estagnação das condições de trabalho e remuneração da classe trabalhadora neste período, caso a falta de formalização das relações de trabalho cause ou esteja associada a piores condições de trabalho e remuneração. Restringindo-se à dicotomia empregados com carteira-empregados sem carteira, este estudo procura contribuir para o entendimento desta questão, avaliando o impacto da posse da carteira de trabalho sobre o rendimento, a jornada de trabalho e as taxas de desemprego e rotatividade. Portanto, a essência desta pesquisa é estabelecer, com base no universo de informações disponíveis na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), de 1985, as regularidades empíricas básicas referentes a esta segmentação do mercado de trabalho.

¹Veja-se, a este respeito, Jatobá (1987), que apresenta uma excelente descrição do comportamento do mercado de trabalho urbano no Brasil desde 1970, e SEDLACEK (1987), que investiga os determinantes da posse da carteira de trabalho no período 1979-1985.

Trata-se de uma investigação de natureza eminentemente exploratória e, por conseguinte, em grande parte de objetivos puramente descritivos. Embora se possa visualizar uma constante busca do efeito causal da formalização das relações de trabalho sobre as condições de remuneração dos assalariados, a interpretação dos resultados aqui reportados como causais demandaria um modelo econômico para a segmentação do mercado de trabalho, o que se encontra além do escopo deste estudo.

Podem ser consideradas duas aplicações para as regularidades empíricas encontradas neste trabalho caso os diferenciais obtidos sejam interpretados como causados pela carteira de trabalho: primeiro, estes diferenciais indicarão em que medida a carteira de trabalho contribui para as enormes desigualdades de renda e condições de trabalho existentes no país; e, segundo, os diferenciais seriam também uma estimativa da eficácia marginal de uma política econômica voltada para o fomento da formalização das relações de trabalho. É evidente, entretanto, que os resultados obtidos não fornecem a avaliação de uma intervenção em larga escala voltada para a maior disseminação da carteira de trabalho assinada entre os trabalhadores. Intervenções em larga escala gerariam movimentos no mercado de trabalho - como uma eventual queda no nível geral de emprego - que não se encontram considerados nos diferenciais marginais estimados neste trabalho.

Finalmente, as regularidades empíricas devem ainda contribuir decisivamente na seleção entre modelos econômicos alternativos para o mercado de trabalho no Brasil.

2 - GRUPO DE ANÁLISE

A ênfase deste estudo é a caracterização das diferenças nas condições de trabalho entre os empregados que possuem ou não carteira de trabalho, segundo diversas dimensões, tais como: rendimento mensal, salário, jornada de trabalho, taxa de desemprego, tempo de desemprego, e duração do último emprego, entre outras.

Em função de parte dos objetivos deste trabalho é fundamental que os diferenciais estimados estejam o mais próximo possível daquele que seria observado em média entre empregados similares desempenhando atividades similares em postos de trabalho cuja única diferença fosse a posse de uma carteira de trabalho assinada. A dificuldade básica em estimar diferenciais desta natureza é a heterogeneidade intrínseca aos trabalhadores, aquela vinculada às atividades que desempenham e aos postos de trabalho que ocupam.²

Evidentemente, tanto os elevados diferenciais de rendimento reportados pelo DIEESE/SEADE (1986) como os valores que se obtêm com base na PNAD-1985 não podem ser encarados como estimadores do efeito causal da carteira de trabalho. Inúmeros atributos, como sexo, idade, educação, ocupação e região de residência, entre outros, que também afetam o nível de renda e as condições de trabalho da mão-de-obra, não têm sido mantidos constantes.

Um controle detalhado para estes atributos não é a ênfase deste estudo. Em uma investigação paralela a esta, Barros e Varandas (1987b) demonstram que, para o grupo de ocupações da construção civil, os diferenciais de salário permanecem quase inalterados quando se faz o controle para as variáveis idade, educação e região de residência. Este trabalho mostra, por outro lado, que os diferenciais são significativamente reduzidos quando se introduz um controle refinado para ocupações.

Com a pretensão de obter, no entanto, um mínimo de homogeneidade neste estudo, a análise limita-se ao importante segmento da força de trabalho composto por aqueles elementos que: a) são empregados;³ b) são homens; c) são chefes de família; d) re

²Veja-se Anderson *et alii* (1980) para uma boa descrição dos problemas estatísticos envolvidos quando se pretende comparar duas populações a partir de dados não-experimentais.

³A categoria empregados é entendida neste estudo como incluindo apenas os membros da força de trabalho que declararam sua posição na ocupação como sendo empregados ou parceiros-empregados. Os trabalhadores agrícolas volantes não foram incluídos.

sidem na área urbana de uma das nove regiões metropolitanas do país; e e) não exercem atividades ligadas à administração pública.⁴ Este segmento representa 4,6 milhões de pessoas, cerca de 8,7% do pessoal ocupado no mercado de trabalho em 1985, dentre os quais 84% eram empregados com carteira de trabalho assinada.

O segmento selecionado possui características que particularmente justificam sua escolha, pois os chefes de família contribuem com a maior parcela do orçamento, cerca de 78% da renda familiar.⁵ Apesar de representarem apenas 8,9% das pessoas ocupadas, os chefes de família detêm 17,3% do total dos rendimentos da economia. Outro aspecto relevante foi observado em Barros e Varandas (1987a) com relação ao fato de que os diferenciais de salário para este grupo são mais elevados do que para outros segmentos da força de trabalho.

3 - SALÁRIO

O nível dos salários⁶ na ocupação principal evidencia que os empregados sem carteira encontram-se em condições de remun-

⁴ Com a intenção de eliminar da amostra os funcionários públicos, foram também excluídos: os trabalhadores com ocupações ligadas a defesa nacional e segurança pública, os técnicos e fiscais de tributação e arrecadação, os inspetores do trabalho, os magistrados, e finalmente os procuradores, promotores e curadores públicos.

⁵ Esta participação foi definida como a razão entre os rendimentos do trabalho do chefe da família em todas as ocupações e a renda total da família. O universo de famílias consideradas inclui apenas aquelas cujos chefes satisfazem as cinco condições acima especificadas.

⁶ O salário medido em salários mínimos foi obtido da seguinte forma:

$$S = \left(\frac{(R_d + R_m) \cdot 48}{H} \right) / 333.120$$

onde:

S → salário em salários mínimos

R_d e R_m → rendimentos mensais em dinheiro e em mercadorias normalmente recebidos;

H → número de horas normalmente trabalhadas por semana; e

Cr\$ 333.120 é o valor do salário mínimo vigente em todo o território nacional no período da pesquisa.

neração amplamente desfavoráveis em relação aos empregados com carteira. O diferencial de salário médio entre esses dois grupos é bastante elevado (da ordem de 2,5 salários mínimos, o que representa 40% do salário médio daqueles que possuem carteira). O diferencial mediano é ainda superior, pois os empregados sem carteira têm um salário mediano defasado em 44% se for feita a mesma comparação. Outros indicadores confirmam as condições desvantajosas dos trabalhadores sem carteira. Por exemplo, sabe-se que 52% deles recebem salários menores ou iguais a dois salários mínimos (entre os empregados com carteira, esta percentagem é de apenas 26%).

Estes diferenciais, interpretados como estimativas válidas para o efeito da carteira, indicam a existência de segmentos não-competitivos no mercado de trabalho [veja-se Cain (1976)] e, além disso, ratificam a crença generalizada de que os trabalhadores têm nítida preferência por postos de trabalho com carteira de trabalho assinada.

Embora a expectativa fosse de que os diferenciais de salário se revelassem maiores para os segmentos de menor salário, isto não se verifica. Procurou-se testar esta hipótese de duas formas: primeiro, segmentando a força de trabalho em 12 grupos de ocupação⁷ e calculando os diferenciais de salário para cada grupo; e, segundo, comparando os diversos centis das distribuições de salário para as categorias de empregados com e sem carteira de trabalho. De fato, ambos os resultados rejeitam esta hipótese, conforme ilustram os Gráficos 1 e 2. A evidência básica é de que ocorre exatamente o oposto, ou seja, os diferenciais tendem a crescer com o nível dos salários. Há também indicações de que os diferenciais de salário são mais elevados nos grupos de ocupação onde a participação dos empregados com carteira é maior (Gráfico 3). Em suma, embora as condições de remuneração dos empregados sem carteira sejam nitidamente inferiores às daqueles com carteira, não há indícios de que o quadro seja mais crítico entre os estratos de mais baixa renda.

⁷Um apêndice, contendo a descrição precisa destes grupos ocupacionais, está disponível junto aos autores.

Os diferenciais para todas as ocupações são positivos, o que representa uma forte indicação de que a posse da carteira de trabalho tende realmente a elevar o salário dos empregados. A média ponderada destes diferenciais é de 1,8 salário mínimo, evidenciando, no entanto, que o diferencial agregado calculado acima (2,5 salários mínimos) superestima em certa medida o real efeito da carteira de trabalho.

A extensão em que esses diferenciais podem ser explorados por políticas econômicas que intervenham no mercado de trabalho procurando eliminar desigualdades é de difícil avaliação. Seria necessário prever a intensidade da reação do mercado de trabalho a essas políticas e, em particular, o número de postos de trabalho que seriam eliminados em decorrência de ações em prol da formalização das relações de trabalho.

TABELA 1
CARACTERÍSTICAS DAS DISTRIBUIÇÕES DE SALÁRIO PARA
EMPREGADOS COM E SEM CARTEIRA* - 1985

DISCRIMINAÇÃO	EMPREGADOS COM CARTEIRA(1)	EMPREGADOS SEM CARTEIRA(2)	DIFERENCIAL ABSOLUTO (3)=(1)-(2)	DIFERENCIAL RELATIVO (4)=(3)/(1)
Média	6,3	3,8	2,5	39,7
Quantis				
5%	1,0	0,6	0,4	40,0
10%	1,2	0,8	0,4	33,3
25%	1,8	1,1	0,7	38,9
50%	3,2	1,8	1,4	43,8
75%	6,4	3,5	2,9	45,3
90%	14,4	7,2	7,2	50,0
95%	21,6	12,8	8,8	40,7
Desvio-Padrão	8,6	6,0	-	-
Q _{75%} /Q _{25%}	3,6	3,3	-	-
P [SAL ≤ 1 sm]	5,9	19,7	-	-
P [SAL ≤ 2 sm]	26,0	52,4	-	-
P [SAL ≤ 3 sm]	43,5	68,4	-	-

FONTE: IBGE, PNAD-1985. Tabulações dos autores.

* Os empregados são homens, chefes de famílias e residentes na área urbana de uma das nove regiões metropolitanas do país. Excluem-se aqueles que têm atividades ligadas à administração pública, ver nota 4.

TABELA 2

SALÁRIO MÉDIO DOS EMPREGADOS COM E SEM CARTEIRA*,
 POR GRUPOS DE OCUPAÇÃO - 1985

GRUPOS DE OCUPAÇÃO	EMPREGADOS COM CARTEI RA (1)	EMPREGADOS SEM CARTEI RA (2)	DIFERENCIAL ABSOLUTO (3)=(1)-(2)	DIFERENCIAL RELATIVO 4=(3)/(1)
Tec.Científicas e Asse- melhados	19,7	14,6	5,1	25,9
Aux.Téc.Científicos e As semelhados	8,4	5,5	2,9	34,5
Administrativos	11,3	7,7	3,6	
Mecânica Metalúrgica, E letrônica	4,8	2,7	2,1	43,8
Móveis, Madeira, Cerâmi ca, Vidros	3,4	2,8	0,6	17,6
Alimentação, Bebidas, Têxtil, Vestuário	2,8	2,1	0,7	25,0
Construção Civil	2,4	1,8	0,6	25,0
Comércio e Auxiliares	5,8	5,2	0,6	10,3
Transporte e Comunica- ções	4,0	3,5	0,5	12,5
Prestação de Serviços	2,2	1,8	0,4	18,2
Agrop., Prod.Extrativa Vegetal/Animal	3,3	1,1	2,2	66,7
Outras, Mat. Definidas e não Declaradas	5,1	3,2	1,9	37,3
TOTAL	6,3	3,8	2,5	39,7

FONTE: IBGE, PNAD-1985. Tabulações dos autores.

* Ver nota na Tabela 1.

GRÁFICO 1

DIFERENCIAL DE SALÁRIO
(Empregados com e sem carteira)

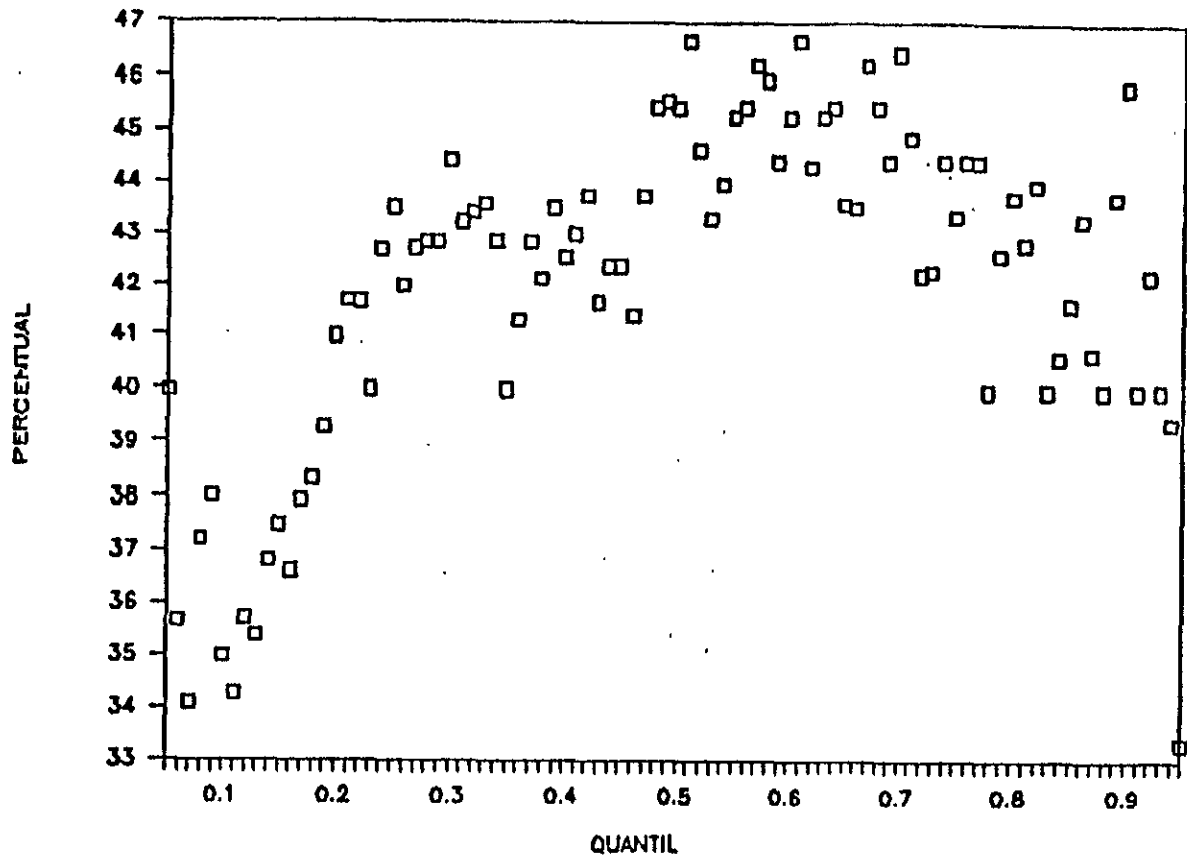
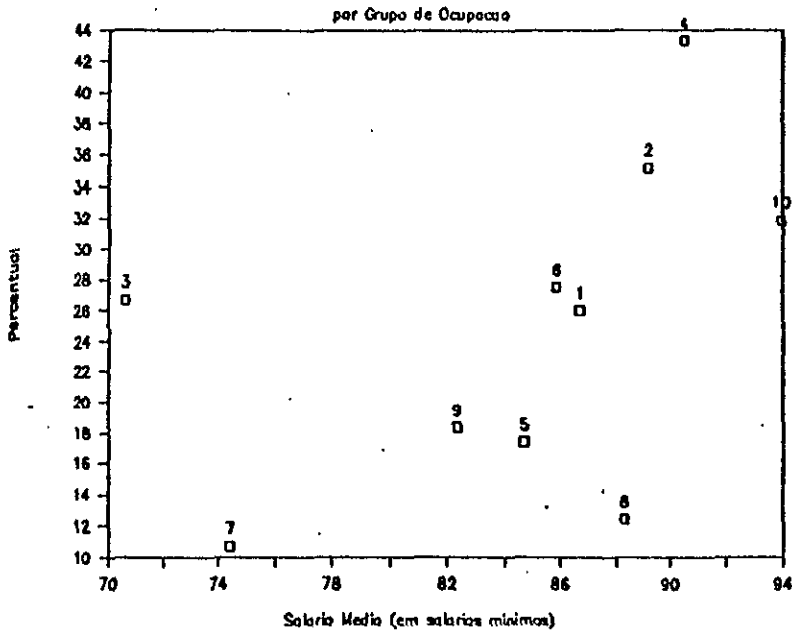


GRÁFICO 2
Diferenciais de Salario

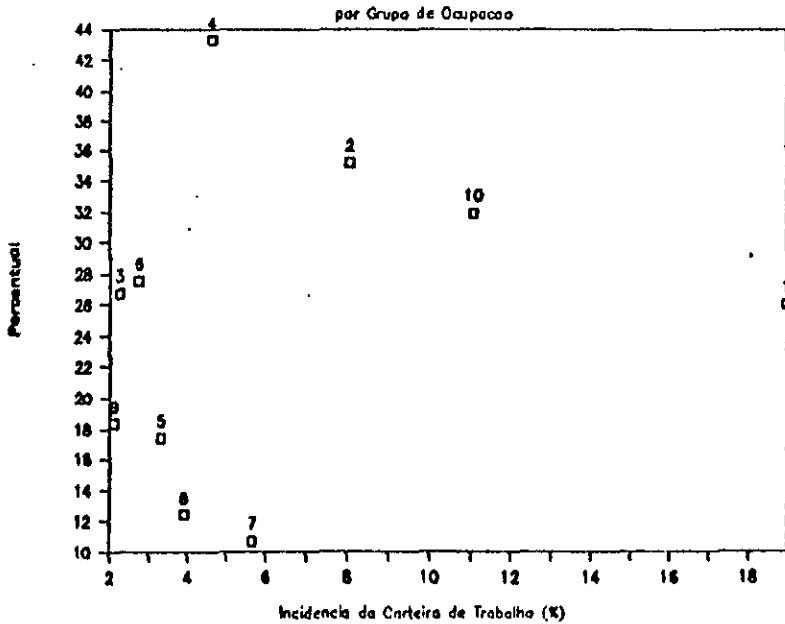


LEGENDA

Grupos de Ocupação

1. Técnicas e Científicas
2. Auxiliares Técnicas
3. Construção Civil
4. Ind. Mecânica, Metal. e Elétrica
5. Ind. Madeira, Móveis, Gráf.
6. Alimentação, Têxtil, Vest., Couros
7. Comércio e Auxiliares
8. Transporte e Comunicações
9. Prestação de Serviços
10. Administrativas

GRÁFICO 3
Diferenciais de Salario



4 - HETEROGENEIDADE E DESIGUALDADE

Olhando sob a ótica da desigualdade de salário, observa-se que ela é bastante elevada em ambos os segmentos. Os índices de Theil são de 0,53 e 0,62 para os empregados com e sem carteira, respectivamente, indicando, portanto, que é no segmento sem relações formais de trabalho que a desigualdade é maior.

O índice de desigualdade entre todos os empregados é de 0,55, sendo apenas 0,01 acima da média ponderada dos índices para cada um dos grupos. Desta forma, embora as diferenças salariais sejam elevadas entre empregados com e sem carteira, elas explicam apenas 2% da desigualdade total, o que se deve ao elevado nível de desigualdade intrínseco a cada grupo acima mencionado.

Em resumo, o segmento formado pelos empregados sem carteira, além de ser caracterizado por um baixo nível salarial, está associado a um elevado nível de desigualdade. Resta, portanto, averiguar se este nível de desigualdade deriva-se de uma estrutura ocupacional mais heterogênea.

A evidência a este respeito, no entanto, é de que a estrutura ocupacional do segmento sem carteira é nitidamente mais homogênea do que aquela do segmento com carteira. Enquanto 62% dos empregados sem carteira exercem uma das 20 ocupações principais para o grupo, entre os empregados com carteira apenas 50% exercem uma das 20 ocupações principais de seu segmento. Assim, a maior desigualdade verificada para aqueles sem carteira não pode ser explicada por uma estrutura ocupacional mais heterogênea.

TABELA 3

ÍNDICES DE DESIGUALDADE DE RENDA ENTRE EMPREGADOS COM CARTEIRA E
EMPREGADOS SEM CARTEIRA - 1985

ÍNDICE DE DESIGUALDADE	EMPREGADOS COM CARTEIRA	EMPREGADOS SEM CARTEIRA	TOTAL DE EMPREGADOS
Theil*	0,53	0,62	0,55
VAR(Log(SAL))	0,92	0,92	0,94

FONTE: IBGE, PNAD-1985. Tabulações dos autores.

* Ver-se Rossi (1982, pp.22-4).



TABELA 4

DECOMPOSIÇÃO DA DESIGUALDADE DE SALÁRIO MÍNIMO
SEGUNDO O ÍNDICE DE THEIL*

DECOMPOSIÇÃO	ÍNDICE DE THEIL
Desigualdade Total	0,55
Desigualdade dentro dos Grupos	0,54
Desigualdade entre os Grupos	0,01

FONTE: IBGE, PNAD-1985. Tabulações dos autores.

* Veja-se Rossi (1982, pp.22-4).

TABELA 5
OCUPAÇÕES QUE DETÊM A MAIOR PARTICIPAÇÃO RELATIVA DE EMPREGADOS
COM CARTEIRA* - 1985

OCUPAÇÕES	PARTICIPAÇÃO RELATIVA
Motoristas	7,3
Encarregado Administrativo	4,5
Auxiliar de Escritório	4,2
Vendedores	3,6
Vigias	3,5
Trabalhadores braçais	2,9
Serventes	2,8
Pedreiros	2,7
Outras Ocup. Mal Definidas	2,0
Mecânicos	1,9
Administradores na Ind. de Transformação	1,8
Pracistas e Viajantes	1,7
Porteiros	1,7
Mecânico de Veículos	1,6
Servente de Pedreiro	1,5
Administradores do Comércio	1,4
Torneiro Mecânico	1,4
Carpinteiro	1,4
Soldadores	1,3
Engenheiros	1,2
TOTAL	50,4

FONTE: IBGE, PNAD-1985. Tabulações dos autores.

*Ver nota na Tabela 1.

TABELA 6
OCUPAÇÕES QUE DETÊM A MAIOR PARTICIPAÇÃO RELATIVA DE
EMPREGADOS SEM CARTEIRA* - 1985

OCUPAÇÕES	PARTICIPAÇÃO RELATIVA
Servente de Pedreiro	7,6
Motoristas	6,5
Pedreiros	6,1
Vendedores	5,9
Trabalhadores Braçais	4,5
Pracistas e Viajantes	4,1
Empregados Domésticos	3,1
Vigias	3,1
Outros Trabalhos na Agropecuária	3,1
Mecânico de Veículos	2,0
Serventes	2,0
Atendente de Bar	2,0
Auxiliar de Escritório	1,9
Lanterneiros	1,8
Marceneiros	1,5
Padeiros	1,4
Pintor Caiador	1,4
Carpinteiro	1,3
Pintores à Pistola	1,3
Corretor de Imóveis	1,3
TOTAL	61,9

FONTE: IBGE, PNAD-1985. Tabulações dos autores.

* Ver nota na Tabela 1.

INPES, 118/87

5 - JORNADA DE TRABALHO

As distribuições das horas normalmente trabalhadas⁸ indicam claramente que a jornada de trabalho dos empregados sem carteira é mais flexível. Enquanto 75% dos empregados com carteira trabalham entre 40 e 48 horas semanais, apenas 54% daqueles sem carteira possuem sua jornada de trabalho neste intervalo. A maior flexibilidade na carga horária para a categoria sem carteira é também ilustrada pelo maior desvio-padrão da distribuição de horas trabalhadas para este grupo, isto é, 13,5 horas, sendo de apenas 8,8 horas para aqueles com carteira.

A associação entre a flexibilidade da jornada de trabalho e a dispersão da distribuição de horas trabalhadas observada supõe que os empregados estão restritos a jornadas de trabalho impostas pelos empregadores. Caso tivessem maior liberdade de escolha, alguns empregados optariam por jornadas menores, enquanto outros iriam preferir jornadas maiores, aumentando assim a dispersão analisada. Contudo, esta não é única interpretação possível para a maior dispersão do número de horas trabalhadas entre os empregados sem carteira. É logicamente possível, porém improvável, que as diferenças entre as dispersões de horas entre empregados com e sem carteira sejam justificadas pelo fato de os postos de trabalho associados aos empregados sem carteira exigirem jornadas de trabalho mais diferenciadas.

Quanto à duração da jornada de trabalho, verifica-se que o grupo sem vínculo formal de trabalho deixa de utilizar a maior flexibilidade de sua jornada para trabalhar significativamente mais e compensar seus menores salários. O número de horas normalmente trabalhadas por esta categoria de empregados é apenas ligeiramente superior ao correspondente valor para os que possuem carteira (47,9 e 47,1 horas, respectivamente).

⁸Consideram-se aqui apenas as horas normalmente trabalhadas na ocupação principal.

TABELA 7
CARACTERÍSTICAS DA DISTRIBUIÇÃO DE HORAS TRABALHADAS PARA EMPREGADOS
COM E SEM CARTEIRA* - 1985

DISCRIMINAÇÃO	(Em horas)			
	EMPREGADOS COM CARTEIRA (1)	EMPREGADOS SEM CARTEIRA (2)	DIFERENCIAL ABSOLUTO (3)=(1)-(2)	DIFERENCIAL RELATIVO (4)=(3)/(1)
Média	47,1	47,9	0,8	1,7
Quantis				
25%	40,0	40,0	0	0
50%	48,0	48,0	0	0
75%	48,0	53,7	5,7	11,9
Desvio Padrão	8,8	13,5	-	-
Q _{75%} /Q _{25%}	1,2	1,3	-	-
P[40 ≤ HORAS ≤ 48]	74,6	53,8	-	-

FONTE: IBGE, PNAD-1985. Tabulações dos autores.

*Ver nota na Tabela 1.

GRÁFICO 4
EMPREGADOS COM CARTEIRA

Jornada de Trabalho/Ocupação Principal

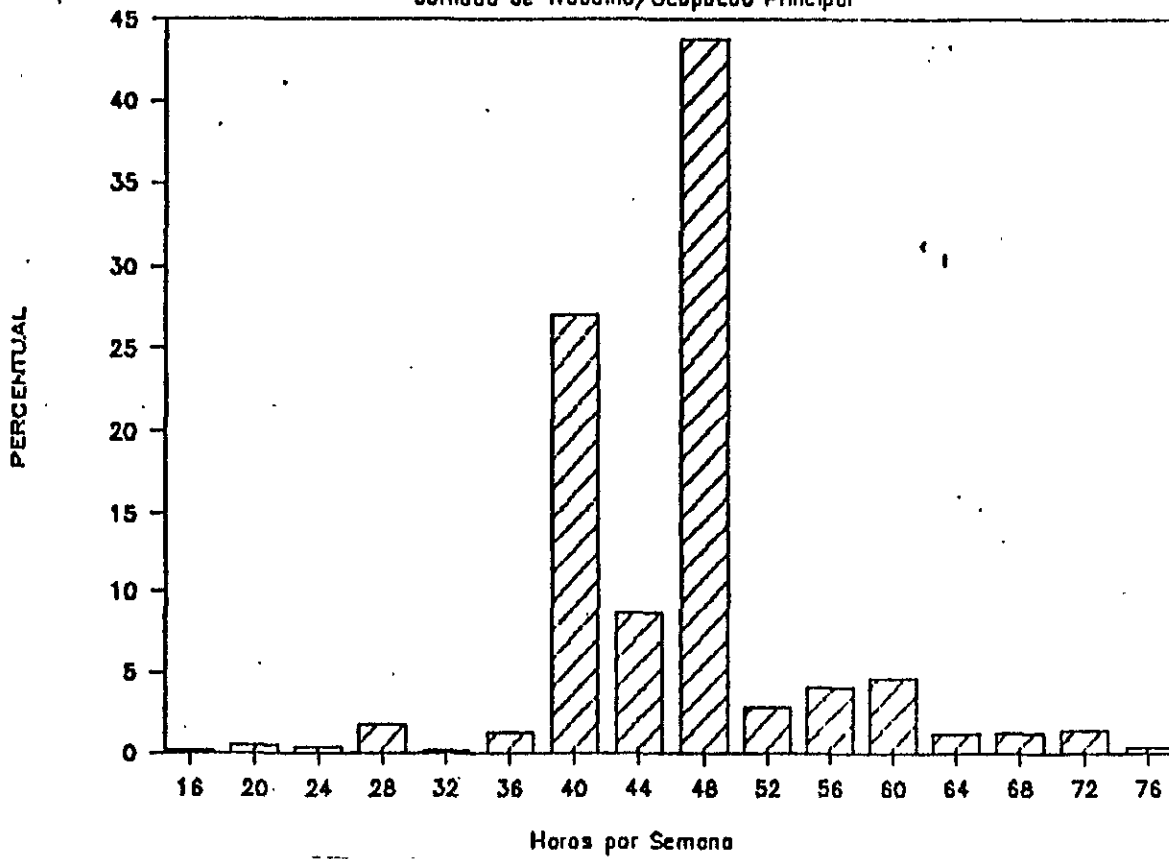
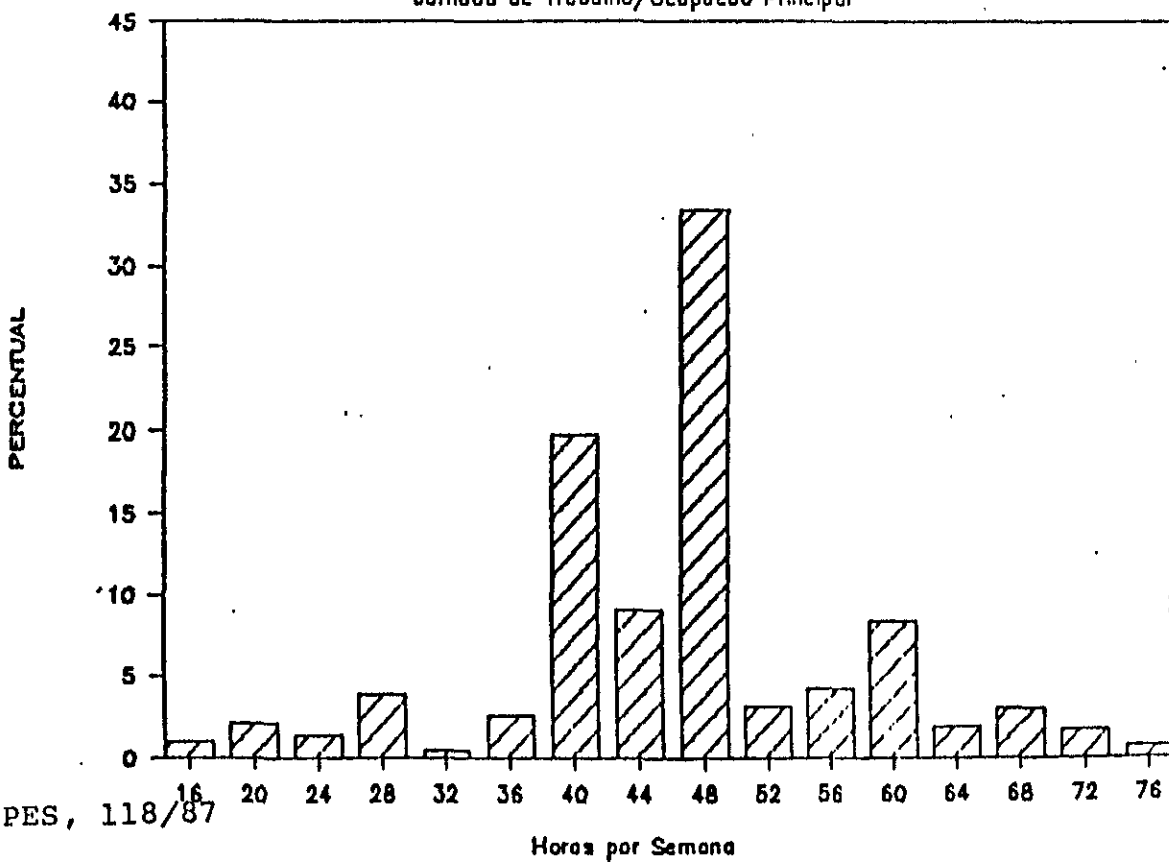


GRÁFICO 5

EMPREGADOS SEM CARTEIRA
Jornada de Trabalho/Ocupação Principal



6 - RENDIMENTO

O rendimento⁹ é determinado pelo salário e pela duração da jornada de trabalho. Dados os níveis médios para o salário e a duração da jornada de trabalho, o rendimento médio será maior caso aqueles que trabalhem mais sejam exatamente os que possuem maiores salários. Em outras palavras, quanto maior a covariância entre salário e horas trabalhadas, maior será o nível médio do rendimento. A este respeito, verificou-se que a covariância entre horas trabalhadas e salário é apenas ligeiramente menor entre os empregados sem carteira, enquanto que a duração da jornada de trabalho é ligeiramente maior. Conseqüentemente, o diferencial absoluto de rendimento (2,4 salários mínimos) praticamente replica o diferencial de salário (2,5 salários mínimos).

Para as duas categorias de empregados, a covariância é negativa, da ordem de -0,5. Como conseqüência, há uma tendência, em ambos os grupos, de que os empregados com baixos salários executem uma jornada de trabalho mais longa. Esta relação negativa faz com que a desigualdade medida em termos de rendimentos seja menor do que aquela relativa aos salários. Nota-se, por exemplo, que, para os dois grupos, o desvio-padrão do salário é maior do que o correspondente valor para o rendimento.

Em princípio, esta covariância negativa entre salário e horas trabalhadas indicaria uma curva de oferta negativamente inclinada para estes grupos. Esta interpretação, contudo, é questionável. O problema é que os trabalhadores de baixa renda podem estar associados a jornadas de trabalho mais longas não por sua livre escolha, mas por imposição da ocupação que exercem ou posto de trabalho que ocupam.

⁹ Considere-se aqui apenas o rendimento em dinheiro e em mercadorias na ocupação principal, $R_d + R_m$, ver nota 5.

¹⁰ Especificamente, a covariância aqui obtida é aquela entre o rendimento total na ocupação principal $R_d + R_m$ e o número de horas normalmente trabalhadas na ocupação principal dividido por 48 horas, $H/48$.

TABELA 8
CARACTERÍSTICAS DAS DISTRIBUIÇÕES DE RENDIMENTO PARA EMPREGADOS
COM E SEM CARTEIRA* - 1985

(Em salários mínimos)

DISCRINAÇÃO	EMPREGADOS COM CARTEIRA (1)	EMPREGADOS SEM CARTEIRA (2)	DIFERENCIAL ABSOLUTO (3)=(1)-(2)	DIFERENCIAL RELATIVO (4)=(3)/(1)
Média	5,7	3,3	2,4	42,1
Quantis				
25%	1,8	1,1	0,7	38,9
50%	3,1	1,8	1,3	41,9
75%	6,0	3,0	3,0	50,0
Desvio-Padrão	7,2	4,4	2,8	50,0
Q _{75%} /Q _{25%}	3,3	2,7	0,6	-
P REND < 1	6,5	19,3		
P REND < 2	24,8	53,4		
P REND < 3	43,2	68,3		

FONTE: IBGE, PNAD-L985. Tabulações dos autores.

*Ver nota na Tabela 1.

7 - MÚLTIPLOS EMPREGOS

Uma vez que os empregados sem carteira percebem os mais baixos salários e possuem uma jornada de trabalho mais flexível, é razoável esperar que este grupo opte por múltiplos empregos como forma de compensar seus baixos salários na ocupação principal. Realmente, o que se observa é que, enquanto 6,2% dos empregados sem carteira possuem mais de um emprego, apenas 3,8% daqueles com carteira utilizam este expediente com a finalidade de elevar seus rendimentos.

O fato surpreendente é o perfil daqueles que possuem mais de um emprego. Tanto entre empregados com carteira quanto entre empregados sem carteira, o segmento que possui múltiplos empregos não é formado por aqueles que recebem os mais baixos níveis salariais. O salário médio dos empregados deste segmento é cerca de duas vezes superior à média do grupo como um todo, e, além disso, eles trabalham em média cerca de 20 horas semanais nas ocupações secundárias, recebendo salários superiores àqueles da ocupação principal. Este segmento executa, em média, uma jornada de trabalho mais curta na ocupação principal do que a média dos demais empregados que possuem um único emprego. Contudo, considerando todas as ocupações, sua jornada de trabalho é maior.

A conclusão relevante desta análise decorre da questão de serem os empregados sem carteira com altos rendimentos os que optam por um segundo emprego. Esta evidência lança a hipótese da existência de uma segmentação importante mesmo entre os empregados que não possuem o registro em sua carteira de trabalho.

TABELA 9
SALÁRIO E HORAS TRABALHADAS NA OCUPAÇÃO PRINCIPAL E EM OUTRAS
OCUPAÇÕES PARA EMPREGADOS COM E SEM CARTEIRA*

DISCRIMINAÇÃO	EMPREGADOS COM CARTEIRA		EMPREGADOS SEM CARTEIRA	
	Empregados Com um único Emprego	Empregados Com múltiplos Empregos	Empregados Com um único Emprego	Empregados Com múltiplos Empregos
Salário Médio na Ocup. Principal	6,1	10,3	3,4	8,9
Salário Médio na Outra Ocupação	-	14,4	-	11,0
Salário Médio em todas as Ocupações	6,1	11,0	3,4	9,1
Horas Trabalhadas na Ocupação Principal	47,4	39,8	48,6	36,8
Horas Trabalhadas na outra Ocupação	-	19,7	-	21,1
Horas Trabalhadas em todas Ocupações	47,4	59,5	48,6	58,0

FONTE: IBGE, PNAD-1985.

* Ver nota na Tabela 1.

8 - TAXAS DE DESEMPREGO E ROTATIVIDADE

No tocante à disponibilidade de trabalho, é possível presumir que a posse da carteira tende a reduzir o risco da falta de emprego,¹⁰ pois a taxa de desemprego é de 3,5% entre aqueles que não possuíam carteira de trabalho assinada em seu último emprego e de apenas 3,0% entre aqueles que a possuíam.

Além de estar mais vulnerável ao desemprego, a categoria que não tem vínculo empregatício sujeita-se a uma maior rotatividade no trabalho. A duração média do último emprego desta categoria corresponde a menos da metade do tempo de duração do emprego daqueles com carteira (cerca de 20 meses). Um outro aspecto interessante refere-se ao tempo de desemprego. Enquanto os desempregados que possuíam carteira em seu último emprego já estavam em média nove meses procurando emprego, entre aqueles que não possuíam carteira assinada o tempo de desemprego médio era de seis meses. Desse modo, é válido inferir que empregos sem carteira, embora relativamente mais fáceis de encontrar, são também mais efêmeros.

Quanto ao motivo do desligamento do trabalho, observa-se que a grande maioria dos empregados com carteira (77%) só deixa o emprego em virtude de demissão. No caso do outro grupo de empregados, quase metade dos chefes de família se desliga do trabalho por vontade própria, tentando talvez obter uma oportunidade de ingresso no segmento organizado do mercado de trabalho. Presume-se, portanto, que haja uma "fila de espera" para o acesso a este mercado, o que significa alguma forma de barreira à mobilidade entre as duas categorias.

As informações relativas tanto à duração do último emprego quanto ao motivo do desligamento devem ser utilizadas com extrema cautela. Uma vez que estas informações estão disponíveis apenas para aqueles membros da força de trabalho que se encontra-

¹⁰ São considerados desempregados apenas aqueles que não tinham trabalho mas tomaram alguma providência para consegui-lo durante o mês que antecedeu a entrevista.

TABELA 10

DESEMPREGO, ROTATIVIDADE E MOTIVO DO DESLIGAMENTO PARA
EMPREGADOS COM E SEM CARTEIRA* - 1985

DISCRIMINAÇÃO	EMPREGADOS COM CARTEIRA	EMPREGADOS SEM CARTEIRA	TOTAL DE EMPREGADOS
Taxa de Desemprego (%)	3,0	3,5	2,6
Tempo de Desemprego (meses)	8,8	5,6	8,4
Tempo no Último Emprego (meses)	39,7	14,7	35,5
Motivo do Desligamento (%)			
Saiu	23,4	44,3	27,0
Demitido	76,6	55,7	73,1

FONTE: IBGE, PNAD-1985. Tabulações dos autores.

* Ver nota na Tabela 1.

vam desempregados no instante da pesquisa, sua representatividade da população de empregados como um todo depende crucialmente da questionável hipótese de que os desligamentos são exogenamente determinados. De fato, se, por exemplo, a probabilidade de ocorrência de um desligamento reduz-se com a duração do emprego, então a duração média do último emprego para uma amostra de desempregados tenderá a subestimar a duração média dos empregos para a população como um todo.

9 - APOSENTADOS E PENSIONISTAS

A premissa de que os empregados, caso tenham alcance de escolha, invariavelmente optam pelo registro de sua carteira de trabalho não é válida para alguns grupos. Uma exceção importante é o grupo de pessoas recipientes de transferências condicionadas à sua não participação na força de trabalho e que teriam preferência por relações informais.

Realmente, enquanto 12,1% dos trabalhadores sem carteira recebiam aposentadoria, pensão ou abono permanência, apenas 2,3% dos empregados com relações formais de trabalho recebiam estes tipos de transferência.

Um outro exemplo¹¹ seria o grupo dos trabalhadores que, após perderem um emprego relativamente bem remunerado com carteira assinada, se vêem obrigados a aceitar, em caráter provisório, empregos de menor remuneração ou qualificação. Estes indivíduos em geral não desejam registrar em sua história trabalhista, a existência desta experiência no mercado de trabalho em sua carteira de trabalho. Infelizmente, com o universo de informações da PNAD não é possível avaliar a importância relativa deste fenômeno.

¹¹ Os autores agradecem a Maria Cristina Caccimali pela lembrança deste interessante fenômeno.

10 - CONCLUSÕES

Neste trabalho investigou-se, com base no universo de informações da PNAD-85, o impacto da posse da carteira de trabalho sobre as condições de remuneração e trabalho para um importante segmento da força de trabalho formado por aqueles que: a) são empregados; b) são homens; c) são chefes de família; d) residem na área urbana de uma das nove regiões metropolitanas do país; e e) não exercem atividades ligadas à administração pública. A principal característica da análise é a comparação entre empregados com e sem carteira, segundo diversas dimensões simultaneamente.

A evidência empírica é de que os empregados sem carteira encontram-se em condições de remuneração significativamente inferiores àqueles com carteira e possuem uma jornada de trabalho apenas ligeiramente mais longa. Os postos de trabalho sem carteira, por outro lado, estão associados a um maior risco de desemprego e rotatividade. Em suma, a evidência é de que os empregados sem carteira encontram-se, em geral, em condições de trabalho inferiores às daqueles com carteira. O fato de os postos de trabalho com carteira dominarem aqueles sem carteira sugere a existência de segmentos não-competitivos no mercado de trabalho e, assim, indica a inadequação ao caso brasileiro, de modelos para o mercado de trabalho que supõem competição perfeita ou que os empregados escolhem livremente entre postos de trabalho com e sem carteira.

Há indícios de que a jornada de trabalho é mais flexível nos postos de trabalho sem carteira. Quanto à desigualdade, observou-se que esta é mais elevada entre os empregados sem carteira, apesar de estes estarem associados a uma estrutura ocupacional mais homogênea. A desigualdade intrínseca ao segmento formado pelos empregados sem carteira como aquela relacionada ao segmento com carteira é tão elevada que, embora as diferenças salariais entre os grupos sejam altas, esta fonte de desigualdade representa apenas 2% da desigualdade de salário entre todos os empregados. Verificou-se também que, embora haja alguma indicação

de que trabalhadores de baixa renda estão associados a jornadas de trabalho mais longas, definitivamente não se observou uma relação inversa entre nível de renda e incidência de múltiplos empregos.

Finalmente, cabe ressaltar que os diferenciais estimados variam substancialmente por grupo de ocupação e por região metropolitana. O entendimento das causas e determinantes destas variações contribuirá indubitavelmente para a melhor compreensão da natureza da segmentação e das leis de funcionamento do mercado de trabalho urbano no Brasil. Desta forma, é fundamental que sejam concentrados maiores esforços de pesquisa sobre este tema.

BIBLIOGRAFIA

ANDERSON, S., AUQUIER, A., HAUCH, W. W., OAKES, D., VANDAELE, W., and WEISSER, H. J. Statistical methods for comparative studies. New York, Wiley, 1980.

BARROS, R. P. de, e VARANDAS, S. Avaliação de políticas econômicas: questões metodológicas e uma ilustração. Rio de Janeiro, 1987a, mimeo.

_____. Uma avaliação do impacto da carteira de trabalho sobre as condições de trabalho e remuneração dos chefes de família na construção civil. Rio de Janeiro, 1978b, mimeo.

CAIN, G. C. The challenge of segmented labor market theories of orthodox theory: a survey. Journal of Economic Literature, Nashville, 14(4): 1.215-57, Dec. 1976.

DIEESE/SEADE Pesquisa de Emprego e Desemprego, São Paulo, (14): 17-32, nov. 85/jan. 86.

JATOBÁ, J. Urban poverty, labor markets and regional development: the case of Brasil. Recife, 1987, mimeo.

ROSSI, J. W. Índices de desigualdade de renda e medidas de concentração industrial: aplicações a casos brasileiros. Rio de Janeiro, Zahar, 1982.

SEDLACEK, G. L. Uma análise empírica do efeito de mudanças do nível de atividade econômica na proporção dos empregados com carteira assinada. Rio de Janeiro, 1987, mimeo.

Textos para Discussão Interna editados a partir de janeiro de 1985

- Nº 70 - "Projeções da População Total, Urbano-Rural e Economicamente Ativa segundo Algumas Alternativas de Crescimento Demográfico", Maria Helena F.T. Henriques, Janeiro 1985, 56 p.
- Nº 71 - "Crescimento Econômico e Oferta de Alimentos no Brasil", Gervásio Castro de Rezende, Janeiro 1985, 39 p.
- Nº 72 - "A Política Agrícola e a Diminuição do Subsídio do Crédito Rural", Gervásio Castro de Rezende, Janeiro 1985, 23 p.
- Nº 73 - "Tendências a Médio Prazo da Previdência Social Brasileira: Um Modelo de Simulação", Francisco E. B. de Oliveira, Kaizô Iwakami Beltrão, Maria Helena F.T. Henriques, Afonso Sant'Ana Bevilaqua, Alexandre Goretkin Neto, Janeiro 1985, 299 p.
- Nº 74 - "Balanço de Pagamentos Brasileiro: Um Modelo de Simulação", Ajax Reynaldo Bello Moreira, Janeiro 1985, 77 p.
- Nº 75 - "Interação entre Mercados de Trabalho e Razão entre Salários Rurais e Urbanos no Brasil", Gervásio Castro de Rezende, Março 1985, 35 p.
- Nº 76 - "Considerações sobre uma Possível Reforma Tributária no Brasil", Cláudia Cunha Campos Eris, Março 1985, 29 p.
- Nº 77 - "Migrações Internas e Pequena Produção Agrícola na Amazônia: Uma Análise da Política de Colonização do INCRA", Anna Luiza Ozorio de Almeida, Maio 1985, 97 p.
- Nº 78 - "Estrutura Industrial e Exportação de Manufaturados: Brasil, 1978", Helson C. Braga e Edson P. Guimarães, Julho 1985, 29 p.
- Nº 79 - "A Restrição Externa à Retomada do Crescimento: Avaliação e Recomendações de Política", Helson C. Braga, Setembro 1985, 42 p.

II

- Nº 80 - "Foreign Direct Investment in Brazil: Its Role, Regulation and Performance", Helson C. Braga, Outubro 1985, 41 p.
- Nº 81 - "Déficit de "Caixa" do Governo Federal: Metodologia e Resultados em 1985", Carlos von Doellinger, Novembro 1985, 16 p.
- Nº 82 - "Déficit e Dívida: Tendências e Implicações", Carlos von Doellinger, Novembro 1985, 12 p.
- Nº 83 - "As Interligações Setoriais na Economia Brasileira em 1975", José W. Rossi, Maristela Sant'Anna e Samuel Sidsamer, Novembro 1985, 30 p.
- Nº 84 - "Mensuração da Eficiência Produtiva na Indústria Brasileira: 1980", Helson C. Braga e José W. Rossi, Novembro 1985, 34 p.
- Nº 85 - "Fundos Sociais", Fernando A. Rezende da Silva e Beatriz Azeredo da Silva, Janeiro 1986, 29 p.
- Nº 86 - "Optimal Foreign Borrowing in a Multisector Dynamic Equilibrium Model: A Case Study for Brazil", Octávio A. F. Tourinho, Janeiro 1986, 47 p.
- Nº 87 - "Proposta de Diretrizes Preliminares para uma Política da Abastecimento", Maria Beatriz de A. David, Março 1986, 44 p.
- Nº 88 - "Os Impactos da Política de Comercialização Agrícola sobre a Produção e os Preços. Uma Análise da Literatura e Algumas Evidências Empíricas", Maria Beatriz de A. David e Luis Alberto de L.C. Ribeiro, Março 1986, 49 p.
- Nº 89 - "Distribuição de Renda: 1970/1980", José W. Rossi, Maio 1986, 17 p.
- Nº 90 - "Balança Comercial e Dinâmica da Desvalorização Cambial no Brasil, 1970/84", Helson C. Braga e José W. Rossi, Maio 1986, 20 p.

III

- Nº 91 - "Algumas Considerações sobre os Efeitos da Reforma Monetária no Campo Social: Seguro-Desemprego e Previdência Social", Francisco E.B. de Oliveira, Kaizō Iwakami Beltrão e Marco Aurélio de Sá Ribeiro (estagiário), Maio 1986, 16 p.
- Nº 92 - "Modelos de Previsão para Séries de Produção e Preços: Metodologia Bayesiana e Box-Jenkins para Séries Temporais", Gutemberg H. Brasil, Hélio S. Migon, Reinaldo C. Souza, Sérgio S. Portugal, Maio 1986, 63 p.
- Nº 93 - "O Controle de Preços dos Alimentos e seus Efeitos sobre a Produção e o Abastecimento. Algumas Considerações para o Ano de 1986", Maria Beatriz de A. David, Junho 1986, 39 p.
- Nº 94 - "Previsão da Inflação e Produção Industrial Pós-Choque via Análise de Intervenção", H.S. Migon e G.H. Brasil, Julho 1986, 18 p.
- Nº 95 - "Exacerbação do Consumo e Salário Médio: Evidências sobre o Efeito-Sincronização", Ricardo Cichelli Velloso, Setembro 1986, 20 p.
- Nº 96 - "The Demand for Money in Brazil Revisited", José W. Rossi, Outubro 1986, 24 p.
- Nº 97 - "O Programa de Estabilização Econômica e o Poder de Compra do Salário Mínimo", Daniel A. R. de Oliveira e Ricardo Cichelli Velloso, Outubro 1986, 19 p.
- Nº 98 - "Formação de Expectativas num Contexto de Inflação Baixa e Alta Incerteza", Fábio Giambiagi, Outubro 1986, 38 p.
- Nº 99 - "Progresso Técnico na Indústria Brasileira: Indicadores e Análise de seus Fatores Determinantes", Helson C. Braga e Virene Matesco, Outubro 1986, 71 p.
- Nº100 - "As Migrações Internas e a Previdência Social", Maria Helena F.T. Henriques e Kaizō Iwakami Beltrão, Outubro 1986, 59 p.

IV

- Nº 101 - "Testing for First Order Serial Correlation in Temporally Aggregated Regression Models", Pedro L. Valls Pereira, Novembro 1986, 17 p.
- Nº 102 - "Notas sobre as Estatísticas de Investimento no Brasil", Guilherme Gomes Dias, Dezembro 1986, 35 p.
- Nº 103 - "A Dívida Pública no Brasil e a Aritmética da Instabilidade", José W. Rossi, Dezembro 1986, 12 p.
- Nº 104 - "Estudos para a Reforma Tributária" - Tomo 1 - "Proposta de Reforma do Sistema Tributário Brasileiro", Fernando A. Rezende da Silva, Março 1987, 63 p.
- Nº 105 - "Estudos para a Reforma Tributária" - Tomo 2 - "Tributação de Renda e do Patrimônio", Francisco de Paulo Correia Carneiro Giffoni e Luiz A. Villela, Fevereiro 1987, 67 p.
- Nº 106 - "Estudos para a Reforma Tributária" - Tomo 3 - "Tributação de Mercadorias e Serviços", Ricardo Varsano, Fevereiro 1987, 165 p.
- Nº 107 - "Estudos para a Reforma Tributária" - Tomo 4 - "Contribuições Sociais", Fernando A. Rezende da Silva e Beatriz A. Silva, Fevereiro 1987, 94 p.
- Nº 108 - "Estudos para a Reforma Tributária" - Tomo 5 - "Federalismo Fiscal", José Roberto Afonso e Thereza Lobo, Março 1987, 153 p.
- Nº 109 - "A Aritmética da Escala Móvel: Uma Análise do Comportamento do Salário Real num Regime de Reajustes com Periodicidade Endógena", Fabio Giambiagi, Março 1987, 30 p.
- Nº 110 - "Inflação, Preços Mínimos e Comercialização Agrícola: A Experiência dos Anos Oitenta", Gervásio Castro de Rezende, Abril 1987, 39 p.

- Nº 111 - "A Política Salarial e a Crise Econômica", Fernando Ant_onio Rezende da Silva, Maio 1987, 32 p.
- Nº 112 - "Surplus Labor and Industrialization", Kevin M. Murphy, Andrei Shleifer e Robert W. Vishny, Maio 1987, 19 p.
- Nº 113 - "Um Modelo de Consistência Multissetorial para a Economia Brasileira", Márcio Gomes Pinto Garcia, Maio 1987, 42 p.
- Nº 114 - "Endividamento Municipal: O Estado Atual das Dívidas das Capitais Estaduais", Thompson Almeida Andrade, Agosto 1987, 26 p.
- Nº 115 - "Modelo de Equilíbrio Geral para o Brasil com Fluxos Reais e Financeiros Integrados", Marco Antonio Cesar Bonomo, Outubro 1987, 43 p.
- Nº 116 - "Elasticidades de Engel no Brasil usando um Sistema de Equações com Especificação LOGIT", José W. Rossi e Cesar das Neves, Outubro 1987, 15 p.
- Nº 117 - "Projeções do IPCA", Pedro L. Valls Pereira e Sergio Savi no Portugal, Outubro 1987, 36 p.

O INPES edita ainda as seguintes publicações: Pesquisa e Planejamento Econômico (quadrimestral), desde 1971; Literatura Econômica (bimestral), desde 1977; Coleção Relatórios de Pesquisa; Série Textos para Discussão do Grupo de Energia (TDE); Série Monográfica; Série PNPE e Série Estudos de Política Industrial e Comércio Exterior (EPICO).

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)